

**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO SUJEITO  
A PAGAMENTO NA VIA PÚBLICA, NA ZEDL NÃO CONCESSIONADA DA CIDADE DO PORTO**

(Aquisição de serviços)

Referência: **CPI.2024.003.STCPS**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## CADERNO DE ENCARGOS

### ÍNDICE

<b>ARTIGO 1.º</b>	<b>Objeto .....</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 2.º</b>	<b>Vigência .....</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 3.º</b>	<b>Contrato .....</b>	<b>3</b>
<b>ARTIGO 4.º</b>	<b>Obrigações principais do Adjudicatário .....</b>	<b>4</b>
<b>ARTIGO 5.º</b>	<b>Dever de sigilo .....</b>	<b>5</b>
<b>ARTIGO 6.º</b>	<b>Preço contratual .....</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 7.º</b>	<b>Condições de pagamento .....</b>	<b>6</b>
<b>ARTIGO 8.º</b>	<b>Penalidades .....</b>	<b>7</b>
<b>ARTIGO 9.º</b>	<b>Força maior .....</b>	<b>8</b>
<b>ARTIGO 10.º</b>	<b>Resolução por parte da STCP Serviços .....</b>	<b>9</b>
<b>ARTIGO 11.º</b>	<b>Resolução por parte do adjudicatário .....</b>	<b>9</b>
<b>ARTIGO 12.º</b>	<b>Alterações ao contrato .....</b>	<b>10</b>
<b>ARTIGO 13.º</b>	<b>Subcontratação e cessão da posição contratual .....</b>	<b>10</b>
<b>ARTIGO 14.º</b>	<b>Transmissão de créditos .....</b>	<b>10</b>
<b>ARTIGO 15.º</b>	<b>Dados pessoais .....</b>	<b>10</b>
<b>ARTIGO 16.º</b>	<b>Foro competente .....</b>	<b>11</b>
<b>ARTIGO 17.º</b>	<b>Gestor do contrato .....</b>	<b>11</b>
<b>ARTIGO 18.º</b>	<b>Código de conduta de fornecedores e subcontratados .....</b>	<b>11</b>
<b>ARTIGO 19.º</b>	<b>Legislação aplicável .....</b>	<b>11</b>
<b>ANEXO</b>	<b>.....</b>	<b>12</b>
<b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>.....</b>	<b>12</b>

## I – DISPOSIÇÕES GERAIS

### ARTIGO 1.º Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do Concurso Público que tem por objeto **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLO E MONITORIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO SUJEITO A PAGAMENTO NA VIA PÚBLICA, NA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA (ZEDL) NÃO CONCESSIONADA DA CIDADE DO PORTO**, nas condições estabelecidas neste caderno e respetivo anexo.

### ARTIGO 2.º Vigência

1. O contrato manter-se-á em vigor pelo prazo máximo de **18 (dezoito) meses** após a assinatura do contrato, ou até que se esgote a verba contratada se em data anterior, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além dessa data.
2. O início da contagem do prazo previsto no número anterior ocorre a partir da data de assinatura do contrato para a execução dos serviços, por **12 (doze) meses**, sendo renovável por um período de **6 (seis) meses** até ao prazo máximo mencionado no número anterior, ou até que se esgote a verba contratada se em data anterior, salvo quando seja comunicada a não renovação ao prestador de serviços, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.
3. Caso o preço contratual global fixado seja atingido antes de decorrido o prazo para a duração do contrato, tal situação implicará a imediata cessação do mesmo, sem que assista ao adjudicatário qualquer direito de compensação ou de indemnização, a qualquer título.
4. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no art.º 104.º n.º 1, sem prejuízo, quando aplicável, do disposto no n.º 2 alínea d), todos do CCP.

### ARTIGO 3.º Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e eventuais anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a. Suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Esclarecimentos e retificações relativas ao Caderno de Encargos;
  - c. O presente Caderno de Encargos;

- d. A proposta adjudicada;
3. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
  4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
  5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo diploma.
  6. O contrato a celebrar reveste a natureza de contrato administrativo e está sujeito ao regime substantivo estabelecido na Parte III do CCP.

## **II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **ARTIGO 4.º Obrigações principais do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as obrigações inerentes ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da prestação principal nos termos e condições estabelecidas nos documentos do procedimento.
2. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o know-how, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a. Facultar à STCP Serviços toda a documentação relativa e/ou relacionada com a prestação de serviços objeto do contrato;
  - b. Fornecer as informações e esclarecimentos que a STCP Serviços, através do gestor de contrato que esta designar e as entidades parceiras, necessite para perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
  - c. Agir de acordo com os princípios gerais da colaboração, da transparência e da boa-fé, relativamente a todas as vertentes da execução do contrato e até ao seu pleno e integral cumprimento;
  - d. Assumir toda a responsabilidade pelos atos praticados por todas as pessoas que, no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções ou realizem tarefas por sua conta, considerando-se para esse efeito como órgãos ou agentes do adjudicatário;

- e. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos, licenças e alvarás necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas no presente procedimento;
  - f. Manter atualizado o endereço da sede social;
    - i. Comunicar qualquer situação de:
    - ii. Impossibilidade temporária de fornecimento;
    - iii. Impossibilidade legal de fornecimento;
  - g. Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos;
  - h. Informar de qualquer facto que possa condicionar, total ou parcialmente o cumprimento das obrigações contratuais;
4. O adjudicatário deverá ainda informar a STCP Serviços dos factos que possam impossibilitar, total ou parcialmente, o cumprimento das obrigações contratuais a que está adstrito e que possam comprometer a boa execução do contrato.
5. O adjudicatário deve garantir condições de segurança e saúde do trabalho a todos os seus colaboradores, cumprindo a legislação aplicável nesta matéria, nomeadamente evidenciando a identificação de perigos e avaliação de riscos dos trabalhadores e as respetivas apólices de seguros de acidentes de trabalho.
6. O adjudicatário deve garantir o cumprimento da legislação aplicável em matéria laboral durante a execução do contrato.
7. É da responsabilidade do adjudicatário o pagamento de quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato a celebrar.
8. O disposto no número anterior aplica-se, ainda, à obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre a entidade adjudicante no âmbito do contrato a celebrar.
9. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e técnicos e informáticos que sejam necessários e adequados ao bom desempenho da prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### **ARTIGO 5.º Dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à STCP Serviços, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Os responsáveis pelo tratamento de dados pessoais, incluindo os subcontratantes e todas as pessoas que intervenham em qualquer operação de tratamento de dados, estão obrigados a um dever de confidencialidade que acresce aos deveres de sigilo profissional previsto na lei e ficam obrigados a sigilo profissional mesmo após o termo das suas funções
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
5. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **ARTIGO 6.º Preço contratual**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a STCP Serviços pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, quando este for legalmente devido.
2. Para efeitos do previsto no número anterior e do disposto no artigo 47.º do CCP, o **preço base** do presente procedimento é de, até, **560.350,00 € (quinhentos e sessenta mil, trezentos e cinquenta euros)**, ao qual acresce IVA, se este for legalmente devido.
3. O preço referido nos números anteriores inclui todos os custos, encargos e despesas necessários à execução do contrato cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à STCP Serviços incluindo, designadamente, pagamentos de eventuais taxas ou licenças legalmente aplicáveis, transporte
4. O preço constante na proposta não será revisto durante a vigência do contrato.

#### **ARTIGO 7.º Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela STCP Serviços devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção e conferência das faturas respeitantes aos serviços prestados, as quais só são emitidas após prestação dos serviços a que respeitam.
2. O adjudicatário emitirá as faturas, cujos montantes deverão corresponder aos trabalhos realizados.

3. Em caso de discordância da STCP Serviços relativamente aos valores indicados nas faturas, esta comunica, por escrito, os fundamentos da sua discordância ao adjudicatário que fica obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura.
4. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da STCP Serviços, o adjudicatário tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
5. A faturação deve ser discriminada nos termos a indicar pela entidade adjudicante para o efeito, de acordo com o previsto e definido no Caderno de Encargos e na proposta adjudicada.
6. O adjudicatário deverá emitir fatura eletrónica, nos termos do disposto no artigo 299.º-B do CCP, a qual fará obrigatoriamente menção ao número de requisição e ao número de compromisso constante do contrato.
7. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as faturas serão enviadas pelo adjudicatário à STCP Serviços preferencialmente para o endereço eletrónico [financas@stcpservicos.pt](mailto:financas@stcpservicos.pt) ou por via postal para a Avenida Fernão Magalhães, 1852, 9.º, 4350-152 Porto.
8. Em caso de discordância por parte da STCP Serviços, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, suspendendo-se o prazo de pagamento até à regularização da situação.
9. A STCP Serviços reserva-se no direito de não aprovar as faturas apresentadas que não respeitem o contrato ou os termos da proposta adjudicada.
10. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no número 1 anterior, as faturas são pagas através de transferência bancária para o IBAN indicado pelo adjudicatário para o efeito.

### III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

#### ARTIGO 8.º Penalidades

1. Sem prejuízo do previsto no nº 4, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a STCP Serviços pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade da infração até 2%.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a STCP Serviços tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a STCP Serviços pode exigir-lhe, a título de penalidade, o montante de até 20% do preço contratual.

4. Pelo incumprimento na disponibilização dos terminais operativos portáteis na proporção de um para cada controlador de estacionamento em funções, conforme definido no ponto 2.b do ANEXO – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: 133,00 € por cada terminal não disponibilizado, por cada dia de indisponibilidade;
5. Pelo incumprimento do rácio máximo de lugares em operação por cada controlador de estacionamento em funções, em função da gravidade do incumprimento medido de acordo com o rácio lugares/controlador:
  - a. Rácio lugares/controlador entre 301 e 350: 125,00 € por cada dia de incumprimento;
  - b. Rácio lugares/controlador entre 351 e 400: 250,00 € por cada dia de incumprimento;
  - c. Rácio lugares/controlador entre 401 e 450: 375,00 € por cada dia de incumprimento;
  - d. Rácio lugares/controlador entre 451 e 500: 500,00 € por cada dia de incumprimento;
  - e. Rácio lugares/controlador entre 501 e 600: 625,00 € por cada dia de incumprimento;
  - f. Rácio lugares/controlador maior do que 600: 1250,00€ por cada dia de incumprimento.
6. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penalidades devidas nos termos do presente número.
7. As penalidades previstas no presente número não obstam a que a STCP Serviços exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **ARTIGO 9.º Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor de bens, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor de bens, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor de bens ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;



- c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de bens de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de bens de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações fornecedor de bens cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor de bens não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **ARTIGO 10.º Resolução por parte da STCP Serviços**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a STCP Serviços pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pela STCP Serviços ao fornecedor/adjudicatário.

#### **ARTIGO 11.º Resolução por parte do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato, quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 90 dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada pelo adjudicatário à STCP Serviços e produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se a STCP Serviços entretanto cumprir as obrigações em atraso.

#### **IV – DISPOSIÇÕES FINAIS**

##### **ARTIGO 12.º Alterações ao contrato**

1. Qualquer alteração ao contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma à outra parte.
2. A parte interessada na alteração deverá comunicar, à outra, por escrito, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
3. Qualquer alteração ao contrato, desde que aceite pelas partes, deverá constar de documento escrito assinado pelas partes interessadas, e produzirá efeitos a partir da data da sua assinatura.

##### **ARTIGO 13.º Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor de bens e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende de autorização da outra, nos termos dos artigos 316º e seguintes do CCP.

##### **ARTIGO 14.º Transmissão de créditos**

É expressamente vedada a transmissão de créditos do adjudicatário para entidade terceira, abrangendo a presente cláusula qualquer modalidade que seja proposta, designadamente cessão de créditos ou de factoring, salvo prévia autorização escrita da STCP Serviços.

##### **ARTIGO 15.º Dados pessoais**

1. Para efeitos da proteção de dados pessoais, atentos os efeitos do contrato e do respetivo Caderno de Encargos, o adjudicatário assume, incondicionalmente, em matéria de dados pessoais, que no decurso da vigência contratual, quer, quando aplicável e/ou exigível, após cessação contratual, na obrigação do exímio e escrupuloso cumprimento do disposto na legislação e regulamentação aplicáveis, designadamente em sede de tratamentos de dados, medidas de segurança e confidencialidade, bem como no âmbito da transferência de dados, gestão de incidentes, sem prejuízo das demais obrigações resultantes para terceiros.
2. Para efeitos do disposto no corpo da presente cláusula, é aplicável o disposto na legislação sobre a proteção de dados, nacional e europeia, bem como o previsto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e Conselho de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE, com especial acuidade o artigo 4.º, e ainda, as deliberações do Grupo de Trabalho do artigo 29.º, existentes ou futuros.

3. Para efeitos do disposto nesta cláusula e em tudo o que contenda com a proteção de dados pessoais, o adjudicatário obriga-se ao cumprimento de todos os demais deveres e obrigações estipuladas nestas matérias, à luz e ao abrigo do direito nacional e comunitário aplicáveis.

#### **ARTIGO 16.º Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

#### **ARTIGO 17.º Gestor do contrato**

Para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, a STCP Serviços designará um Gestor de Contrato.

#### **ARTIGO 18.º Código de conduta de fornecedores e subcontratados**

1. O Código de Conduta de Fornecedores e Subcontratados da STCP Serviços visa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico, social e ambiental, na relação de compromisso, e de boa-fé, com os seus Fornecedores e Subcontratados no desenvolvimento da sua atividade, com base nos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho e na legislação nacional e europeia em vigor, constando do Anexo V do Programa de Consulta.
2. Com a apresentação dos documentos de habilitação, o Adjudicatário deve entregar a Declaração de Compromisso que acompanha o referido Código, conforme previsto no Programa de Concurso.

#### **ARTIGO 19.º Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação portuguesa que lhe for aplicável, em especial pelo Código dos Contratos Públicos.

## ANEXO

### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### 1. OBJETO

Prestação de serviços de controlo e monitorização do estacionamento sujeito a pagamento na via pública, na ZEDL não concessionada da cidade do Porto.

#### 2. PRINCIPAIS OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

No âmbito da execução da prestação de serviços, decorrerão para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

**a. Disponibilização de uma plataforma informática de gestão e controlo do estacionamento** que permita, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

i. Centralização de toda a informação relevante para a operação de controlo do estacionamento, nomeada, mas não exclusivamente:

1. Sessões de estacionamento adquiridas através de aplicações móveis (no mínimo da aplicação móvel Via Verde Estacionar);
2. Matrículas com estacionamento autorizado (avençados/residentes, outros veículos autorizados);
3. Lugares controlados e avisos emitidos;

ii. Planeamento e monitorização da operação de controlo apeado do estacionamento;

iii. Gestão dos avisos de regularização do pagamento do estacionamento emitidos conforme previsto no Artigo D-6/10.º do Código Regulamentar do Município do Porto;

iv. Versão móvel para instalação em terminais operativos móveis;

v. Versão web para consulta da informação da operação por parte da Entidade Adjudicante, nomeadamente:

1. Gestão dos dispositivos móveis (terminais operativos portáteis);
2. Estatísticas da operação:
  - a. Tipologia da ocupação dos lugares (vago, ocupado sem pagamento, ocupado com período excedido, residente, outro);
  - b. Avisos emitidos (quantidade e valor).

**b. Disponibilização de terminais operativos portáteis** e respetivos periféricos para realização do controlo apeado do estacionamento:

i. Verificação da existência de sessão de estacionamento ativa, adquirida através de aplicações móveis de pagamento do estacionamento, para um determinado veículo, através da introdução da respetiva matrícula;

ii. Emissão de avisos de regularização do pagamento do estacionamento, conforme previsto no Artigo D-6/10.º do Código Regulamentar do Município do Porto;

1. Inclusão de conjunto *entidade + referência + valor*, para pagamento do aviso através da funcionalidade “pagamento de serviços” nos equipamentos da rede multibanco e *home banking* (comissões a cargo da Entidade Adjudicante);
2. Limitação do prazo para pagamento do aviso através dos dados acima referidos a 15 dias corridos.

iii. Inclui todos os custos, encargos e despesas relacionadas com a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, fornecimento de consumíveis, comunicações, licenciamento de software e outros cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante;

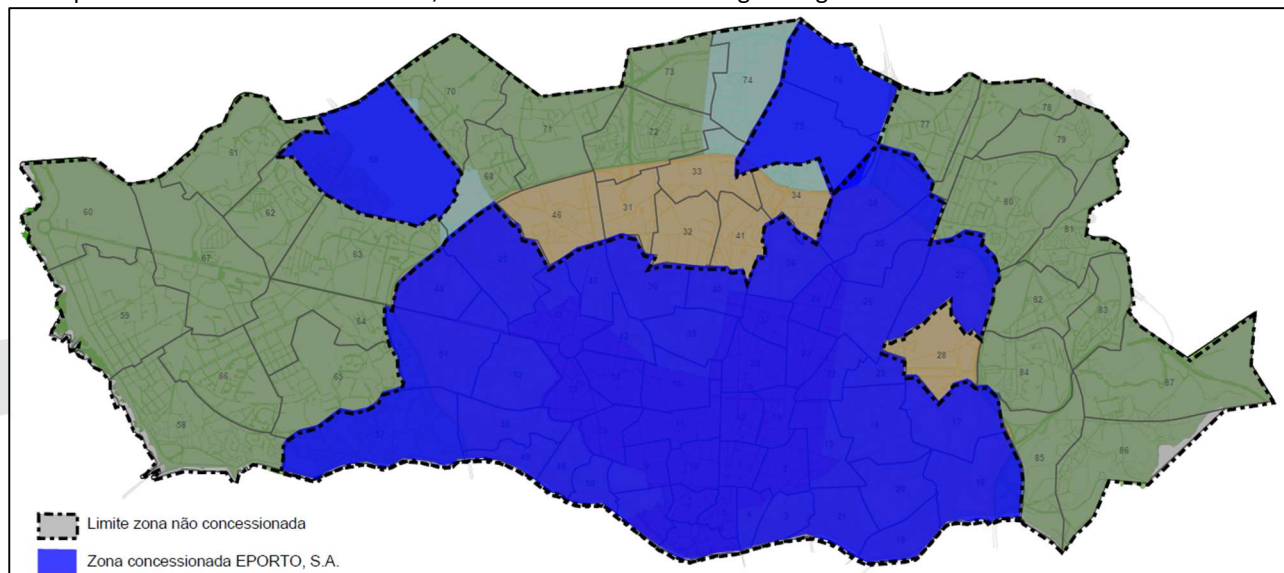
**c. Controlo apeado da ocupação de 3000 lugares de estacionamento** assegurando, em todos os momentos, um rácio mínimo de 1 controlador por cada 300 lugares de estacionamento em exploração, incluindo:

- i. Fardamento adequado, em modelo a validar pela Entidade Adjudicante;
- ii. Todas as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos.

### 3. CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### a. Localização

O âmbito territorial da prestação de serviços, nomeadamente do serviço de controlo do estacionamento, corresponde à Zona não concessionada, conforme identificada na figura seguinte:



A título meramente indicativo, os principais arruamentos com lugares de estacionamento sujeitos a pagamento na ZEDL não concessionada são os que a seguir se identifica:

- Avenida da Boavista
- Avenida de D. Carlos I
- Avenida de Montevideu

- Avenida do Brasil
- Avenida do Dr. Antunes Guimarães
- Esplanada do Castelo
- Largo do Capitão Pinheiro Torres de Meireles
- Parque S. Bartolomeu
- Praça de D. Afonso V
- Praça de Liège
- Praceta Irene Vilar / Rua das Andrezas
- Rua da Cerca
- Rua da Fonte da Luz
- Rua da Senhora da Luz
- Rua das Andrezas
- Rua de Cândida Sá de Albergaria
- Rua de Diogo Botelho
- Rua de Diu
- Rua de Fez
- Rua de Fez / Largo de Tomé Pires
- Rua de Gondarém
- Rua de João de Barros
- Rua de José Gomes Ferreira
- Rua de Mota Pinto
- Rua de Pedro Homem de Mello
- Rua de S. João de Brito
- Rua de Sagres
- Rua de Tânger
- Rua do Beato Inácio de Azevedo
- Rua do Crasto /Rua de Gondarém
- Rua do Dr. Sousa Rosa
- Rua do Marechal Saldanha
- Rua do Molhe / Rua de Gondarém
- Rua do Monsenhor Manuel Marinho
- Rua do Padrão
- Rua do Padre Himalaya
- Rua do Passeio Alegre
- Rua do Professor Luís de Pina
- Rua do Teatro
- Travessa da Senhora da Luz / Rua de S. Bartolomeu
- Via do Castelo do Queijo

**b. Horário**

O serviço de controlo da ocupação dos lugares de estacionamento deverá ser prestado nos limites horários aplicáveis aos lugares em exploração, conforme definido no Artigo D-6/8.º do Código Regulamentar do Município do Porto: das 09h às 19h, de segunda a sexta-feira.

Atendendo a que a totalidade dos lugares em exploração na ZEDL não concessionada encontra-se nos limites da Zona IV, é aplicável a taxa de 0,40 € e um tempo máximo de permanência de 2 (duas) ou 4 (quatro) horas, conforme sinalização vertical aposta no local.

**c. Monitorização**

A monitorização da gestão do estacionamento sujeito a pagamento na via pública na ZEDL não concessionada da cidade do Porto compreende as atividades de controlo da ocupação dos lugares de estacionamento em exploração e a compilação dos principais indicadores e ocorrências em relatório mensal.

**Controlo**

- i. A atividade de **controlo da ocupação dos lugares de estacionamento** visa verificar e registar o estado de ocupação de cada lugar de estacionamento em exploração na ZEDL não concessionada:
  - Vago;
  - Ocupado com título válido;
  - Ocupado com avença de residente;
  - Ocupado por veículo autorizado (matricula constante na lista de exceções);
  - Ocupado ilegalmente com título inválido (tempo excedido, título adquirido para outra zona);
  - Ocupado ilegalmente sem título de estacionamento;
- ii. Nos casos previstos no Artigo d-6/10.º do CRMP, o controlador deverá proceder à emissão do respetivo Aviso de Regularização do Pagamento do Estacionamento.
- iii. O planeamento da atividade de controlo da ocupação dos lugares de estacionamento deverá assegurar que cada lugar de estacionamento em exploração é verificado, no mínimo, **1 vez/dia**.
- iv. O número de recursos humanos a afetar à atividade de controlo da ocupação do estacionamento deverá garantir o cumprimento de um rácio máximo de 300 lugares/controlador.
- v. Sem prejuízo do disposto na alínea anterior, quando se verifique uma alteração do rácio lugares/controlador por motivo imputável à Entidade Adjudicante (p. ex. no seguimento do aumento do número de lugares em operação), o Adjudicatário obriga-se a ajustar o número de controladores de estacionamento afetos à prestação de serviços sempre que esse rácio iguale ou exceda os 315 lugares/controlador.
- vi. O ajuste a que se refere a alínea anterior deverá ocorrer até 30 dias corridos a contar da data em que o Adjudicatário tenha sido notificado pela Entidade Adjudicante do aumento do número de lugares em operação.
- vii. Nos casos em que a alteração do rácio lugares/controlador ocorra por motivo imputável à Entidade Adjudicante e o mesmo não iguale ou exceda 315 lugares/controlador, não haverá

lugar à aplicação das penalidades previstas nas alíneas a) a f), do número 5, da Cláusula 8.ª do presente Caderno de Encargos.

#### **Relatório mensal**

- viii. O adjudicatário deverá compilar, mensalmente, os dados operacionais e as principais atividades desenvolvidas no âmbito da prestação de serviços objeto do presente procedimento;
- ix. O Relatório Mensal deverá incluir, no mínimo, os seguintes elementos:
1. Número de lugares em operação no mês a que se refere o relatório;
  2. Número de controladores do estacionamento em funções em cada dia do mês a que se refere o relatório;
  3. Número de terminais operativos portáteis disponíveis e em funcionamento em cada dia do mês a que se refere o relatório;
  4. Rácio lugares/controlador verificado em cada dia do mês a que se refere o relatório;
  5. Número de lugares verificados, por data, estado de ocupação e ZA;
  6. Avisos de regularização do pagamento do estacionamento:
    - a. Número e valor dos avisos emitidos, por motivo de emissão e ZA;
    - b. Número e valor dos avisos pagos, por motivo de emissão e ZA;
  7. Ocorrências registadas durante o período a que se refere o relatório.
- x. O Relatório Mensal contempla as atividades desenvolvidas no mês imediatamente anterior;
- xi. O Relatório Mensal deverá ser entregue até ao 7 dia útil do mês ao seguinte ao período a que se refere, exceto nos seguintes casos:
1. O primeiro relatório mensal deverá refletir as atividades desenvolvidas desde o início da execução do contrato, até ao final do mês seguinte (segundo mês de execução do contrato).
  2. O primeiro Relatório Mensal deverá ser entregue até ao 7 dia útil do segundo mês de execução do contrato;
  3. O último relatório mensal deverá refletir as atividades desenvolvidas desde o início do último mês de execução do contrato, até ao último dia de execução do contrato;
  4. O último Relatório Mensal deverá ser entregue até ao 7 dia útil após o termo do contrato;



**d. Meios**

- i. O adjudicatário deverá afetar os meios humanos e materiais adequados e em quantidade adequada ao correto cumprimento de todas as obrigações emergentes da celebração do contrato e constantes nas peças que compõem.
- ii. Ao pessoal afeto à Prestação de Serviços são exigidas relações de cordialidade;
- iii. Ao pessoal afeto à Prestação de Serviços compete esclarecer cabe esclarecer os utentes sobre as normas de funcionamento das ZEDL do Município do Porto, ou outros normativos legais aplicáveis, bem como sobre o funcionamento dos equipamentos instalados (parquímetros);
- iv. Todo o pessoal afeto à Prestação de Serviços deverá possuir fardamento adequado, em conformidade com as normas impostas pela legislação em vigor para higiene e segurança no trabalho, em função do serviço a que esteja afeto, bem como a respetiva identificação, sendo a aquisição dos uniformes da responsabilidade do Adjudicatário.
- v. O fardamento deve apresentar, em local visível, o logótipo do Adjudicatário, devendo o modelo ser aprovado pela Entidade Adjudicante previamente ao início da execução do contrato.
- vi. Todos os veículos utilizados pelo adjudicatário no âmbito da prestação de serviços objeto do presente procedimento deverão ser 100% elétricos (zero emissões poluentes diretas).